



## **31 DE OUTUBRO DE 2018**

### **Quarta-feira**

- HORÁRIO DE VERÃO COMEÇA NO DOMINGO; MORADORES DE 10 ESTADOS E DF DEVEM ADIANTAR RELÓGIO EM 1 HORA
- ROBSON BRAGA DE ANDRADE TOMA POSSE PARA NOVO MANDATO DE PRESIDENTE DA CNI
- GOVERNO CRIA PROGRAMA PARA ELEVAR PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA
- EMPRESÁRIOS PAULISTAS SE QUEIXAM DE FALTA DE ACESSO A BOLSONARO
- 'NÓS VAMOS SALVAR A INDÚSTRIA APESAR DOS INDUSTRIAIS' DIZ PAULO GUEDES
- INDÚSTRIA PRECISA DE MINISTÉRIO PRÓPRIO, DIZ CNI APÓS ANÚNCIO DE FUSÃO
- MONTADORAS MINIMIZAM FALA DE GUEDES DE QUE MERCOSUL NÃO É PRIORIDADE
- COMÉRCIO BILATERAL COM OS ARGENTINOS NÃO É PRIORIDADE, DIZ PAULO GUEDES
- PROCURADORIA DO TRABALHO ORIENTA PARA VALIDADE DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A QUEM NÃO É SINDICALIZADO
- BRASIL SOBE 16 POSIÇÕES EM RANKING QUE AVALIA FACILIDADE DE FAZER NEGÓCIOS
- PARA ESTIMULAR CONCORRÊNCIA, GOVERNO FLEXIBILIZA ENTRADA DE FINTECH ESTRANGEIRA NO BRASIL
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM 2018 ESBARRA EM DISCORDÂNCIAS
- BRASILEIRO CONTA COM SOBRA NO ORÇAMENTO PARA POUPAR; SAIBA COMO SE PLANEJAR
- PREVENÇÃO AO SUPERENDIVIDAMENTO CONTINUA LONGE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

- INDICADOR DE SITUAÇÃO ATUAL PIORA NESTE MÊS, MAS A CONFIANÇA MELHORA
- BOLSA FECHA NO MAIOR PATAMAR DESDE MARCO COM FUSÃO DE MINISTÉRIOS SOB BOLSONARO
- COMÉRCIO DO PARANÁ DEVE ABRIR MAIS DE 5 MIL VAGAS TEMPORÁRIAS
- DIRETORIA DA ABIMAQ SERÁ RECEBIDA NESTA QUARTA POR ONYX LORENZONI
- SETOR DEVE MANTER EM 2019 MÉDIA DE INVESTIMENTO DE R\$ 3,5 BI, DIZ ABIMAQ
- NUCI DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS SUBIU A 76,3% EM SETEMBRO, DIZ ABIMAQ
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS RECUA 4,1% EM SETEMBRO, DIZ ABIMAQ
- EMPREGO NA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS CRESCE 0,5% EM SETEMBRO, DIZ ABIMAQ
- VOLKSWAGEN ABRE 2º TURNO E VAI CONTRATAR 350 PESSOAS PARA FÁBRICA NO RIO
- SCANIA PREVÊ CRESCIMENTO DAS VENDAS ENTRE 10% A 20% EM 2019
- SCANIA APRESENTA NOVA GERAÇÃO DE CAMINHÕES NA AMÉRICA LATINA
- FIBRA DE CARBONO ARMAZENA ENERGIA NA LATARIA DOS CARROS

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 31/10/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,717	3,718
<b>Euro</b>	4,213	4,214

**Fonte: BACEN**

**Horário de verão começa no domingo; moradores de 10 estados e DF devem adiantar relógio em 1 hora**

31/10/2018 – Fonte: G1

***Ajuste deve ser feito por moradores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e vale até 17 de fevereiro de 2018.***

O horário de verão de 2018 começa na primeira hora deste domingo (4). À meia-noite, os moradores de 10 estados e do Distrito Federal devem adiantar o relógio em uma hora.

O ajuste vale para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal) e irá vigorar até o terceiro domingo de fevereiro de 2019 (dia 17).

### Fique atento ao horário de verão

0h de sábado para domingo



#### Período de duração

INÍCIO

0h

4 de novembro de 2018  
(domingo)

TÉRMINO

0h

17 de fevereiro de 2019  
(domingo)

#### Estados com horário de verão



DF	Distrito Federal	PR	Paraná
ES	Espírito Santo	RJ	Rio de Janeiro
GO	Goiás	RS	Rio Grande do Sul
MT	Mato Grosso	SC	Santa Catarina
MS	Mato Grosso do Sul	SP	São Paulo
MG	Minas Gerais		



Infográfico elaborado em: 31/10/2018

Neste ano, o horário de verão foi encurtado. Até o ano passado, o horário de verão se iniciava no terceiro domingo do mês de outubro.

Em dezembro de 2017, o presidente Michel Temer assinou decreto que encurtou o período de duração do horário de verão, atendendo a pedido do Tribunal Superior Eleitoral, para que o início do horário de verão não ocorresse entre o primeiro e o segundo turno da eleição.

- 56% dos candidatos do Enem 2018 terão que adiantar o relógio para o horário de verão no dia da prova

O Palácio do Planalto chegou a informar no início do mês que, a pedido do Ministério da Educação, a entrada em vigor do horário seria adiada para dia 18 de novembro, a fim de não prejudicar provas do Enem, mas acabou decidindo manter a data de 4 de novembro.

#### Relógios fora de hora

As mudanças na data de início do horário de verão chegaram a causar confusão. No dia 15 de outubro, usuários de telefone celular reclamaram da mudança automática do horário em seus aparelhos para o horário de verão.

No Twitter, muitos consumidores reclamaram ter perdido uma hora de sono em pleno retorno de feriado e cobraram explicações da TIM. A maioria relatou ter um iPhone, mas também houve queixas de donos de aparelhos com sistema Android.

Na semana seguinte, mais clientes de operadoras de celular passaram pela mesma situação, em que os relógios de seus aparelhos foram adiantados de forma automática para o horário de verão. Em São Paulo, alguns relógios de rua também foram adiantados e mostravam horário de verão na manhã do domingo (21).

#### Fim do horário de verão

O fim do horário de verão chegou a ser analisado pelo governo.

Um estudo do Ministério de Minas Energia apontou queda na efetividade da iniciativa, já que o perfil do consumo de eletricidade não estava mais ligado diretamente ao horário, mas sim à temperatura. Os picos de consumo foram registrados nas horas mais quentes do dia.

O Horário Brasileiro de Verão foi instituído pelo então presidente Getúlio Vargas, pela primeira vez, entre 3 de outubro de 1931 até 31 de março de 1932. Sua adoção foi posteriormente revogada em 1933, tendo sido sucedida por períodos de alternância entre sua aplicação ou não, e também por alterações entre os Estados e as regiões que o adotaram ao longo do tempo.

De acordo com o decreto nº 6.558, de 08 de setembro de 2008, modificado pelo decreto nº 9.242, de 15 de dezembro de 2017, a hora de verão fica instituída no Brasil da seguinte forma:

**“Fica instituída a hora de verão, a partir de zero do primeiro domingo do mês de novembro de cada ano, até zero hora do terceiro domingo do mês de fevereiro do ano subsequente, em parte do território nacional, adiantada em sessenta minutos em relação à hora legal. No ano em que houver coincidência entre o domingo previsto para o término da hora de verão e o domingo de carnaval, o encerramento da hora de verão dar-se-á no domingo seguinte. A hora de verão vigorará nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal”.**

O horário de verão também é adotado em países como Canadá, Austrália, Groelândia, México, Nova Zelândia, Chile, Paraguai e Uruguai. Por outro lado, Rússia, China e Japão, por exemplo, não implementam esta medida.

O Ministério de Minas e Energia disponibiliza um perguntas e respostas sobre o horário de verão.

## **Robson Braga de Andrade toma posse para novo mandato de presidente da CNI**

31/10/2018 – Fonte: CNI

Integrantes da chapa eleita foram empossados durante reunião de Diretoria da Confederação Nacional da Indústria, em Brasília

O empresário Robson Braga de Andrade tomou posse nesta terça-feira (30) para novo mandato na Presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Junto aos demais integrantes da chapa eleita, ele foi empossado durante reunião de Diretoria realizada na sede da CNI, em Brasília. Andrade foi reeleito por unanimidade pelo Conselho de Representantes da entidade, composto por delegados de federações das indústrias dos estados e do Distrito Federal, para comandar a CNI no período de 2018 a 2022.

A chapa eleita é composta por cinco vice-presidentes executivos, representando cada uma das regiões do país. São eles o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Paulo Skaf; o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), Antonio Carlos da Silva; o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), Francisco de Assis Gadelha; o membro do Conselho de Representantes da CNI, na qualidade de delegado da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), Paulo Afonso Ferreira; e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Glauco José Côrte.

Durante a votação na qual foi reeleito, em maio, o presidente da CNI ressaltou que tratará com prioridade, durante o novo mandato, temas estruturais para o país, como a reforma da Previdência Social e a redução da burocracia. Ele mencionou, na ocasião, as propostas do Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, e destacou que o próximo governo precisará adotar medidas reestruturantes para o país voltar a crescer e a gerar empresas. “As reformas econômicas e institucionais são imprescindíveis para alcançarmos novos patamares de competitividade e de produtividade”, afirmou.

Nos últimos quatro anos, Robson Andrade conduziu a CNI em uma atuação destacada pela agenda de reformas estruturais, imprescindíveis para o Brasil superar gargalos históricos e retomar o caminho da competitividade. Entre as medidas em que a entidade teve participação relevante estão às aprovações da lei da terceirização e da modernização das leis do trabalho, ambas em 2017.

Sob o comando de Andrade, a CNI também encampou junto ao governo e ao Congresso Nacional mudanças decisivas na área de infraestrutura, como nas concessões e privatizações de ativos nos setores de transporte e energia. Apoiou ainda a alteração legislativa que retirou a obrigatoriedade da Petrobras de ser operadora única dos campos de petróleo e gás do pré-sal, medida destravou investimentos internacionais no setor.

### **Governo cria programa para elevar produtividade da indústria**

31/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Diário Oficial da União (DOU) publica o Decreto 9.547/2018, que institui o Programa Brasil Mais Produtivo, a ser coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que deverá ser fundido com a Fazenda e o Planejamento em uma só pasta, o Ministério da Economia, no futuro governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

O novo programa tem como objetivo central, segundo o decreto, elevar os níveis de produtividade e de eficiência na indústria brasileira por meio de ações de extensionismo industrial.

A gestão operacional do programa ficará sob a responsabilidade da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

“A ABDI centralizará os recursos financeiros para execução do Programa Brasil Mais Produtivo e poderá celebrar convênio ou outro instrumento de parceria para recebimento dos recursos, inclusive com órgãos e entidades da administração pública que tenham interesse em apoiar e utilizar o Programa em eixos temáticos correlatos às suas missões institucionais”, cita o decreto.

“O Programa Brasil Mais Produtivo contará com contrapartidas financeiras das empresas beneficiadas, a serem definidas pelo órgão coordenador, que poderá estabelecer tratamento diferenciado conforme o porte empresarial”, acrescenta.

### **Empresários paulistas se queixam de falta de acesso a Bolsonaro**

31/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Em jantar, grupo pede a deputada eleita Joice Hasselmann interlocução com futuro presidente***

Empresários paulistas que deram apoio à candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) se queixam da falta de acesso ao agora presidente eleito. Temem perder espaço para suas agendas quando o deputado assumir o governo, em 2019.

Na noite de segunda (29), um grupo de 18 nomes de diversos setores vocalizou essa preocupação para a deputada federal eleita Joice Hasselmann (PSL-SP), a mulher com maior votação na história das disputas à Câmara no país.

Entre os presentes à casa do dono da rede Centauro, Sebastião Bonfim, estavam figuras próximas do bolsonarismo, como Flávio Rocha (Riachuelo) e Alberto Saraiva (Habib's).



Mulher mais votada para deputada federal nas eleições 2018, a jornalista Joice Hasselmann (PSL-SP) - Pedro Ladeira16.out.18/Folhapress

Procurada, Joice não deu detalhes, mas confirmou o encontro. "Foi um jantar de um grupo que quer ter voz junto ao governo", afirmou.

Segundo a **Folha** apurou com presentes, houve diversas críticas ao que chamam de República do Rio: o grupo comandado pelo empresário Paulo Marinho e o advogado Gustavo Bebianno.

A dupla enfrenta o mau humor de aliados por ter blindado a agenda de Bolsonaro desde que ele voltou para casa após a internação pela facada que levou em 6 de setembro.

Marinho é suplente de Flávio, o filho de Bolsonaro que se elegeu senador pelo PSL-RJ. Bebianno chefiou o partido do presidente eleito durante a campanha e é cotado para integrar o governo.

Além de apontar o isolamento, os empresários também perguntaram a Joice como será a interlocução do PIB com o novo Congresso.

Entre pratos de arroz de pato e de ravióli de mozzarella, os presentes ouviram que poderiam contar com a deputada para o encaminhamento de suas pautas e uma descrição do quadro geral —o PSL elegeu a segunda maior bancada, com 52 deputados, mas poderá ultrapassar a do PT até o fim do ano, com 60 nomes.

Houve perguntas sobre o encaminhamento da reforma da Previdência. Há dúvidas sobre qual o rumo a ser tomado, já que o indicado para a área econômica, Paulo Guedes, discorda do ministro anunciado para a Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

O economista defende que já seja aprovada a reforma que está na Câmara, costurada pelo governo Michel Temer (MDB). Já o deputado do DEM-RS, que diz duvidar da existência do déficit da Previdência, afirma que o texto atual é "muito ruim".

Falando estritamente sobre política, Joice previu um início de legislatura movimentado, com propostas de instalações de Comissões Parlamentares de Inquérito sobre temas polêmicos, como a segurança de urnas eletrônicas.

Apesar das questões pontuais, o que transpareceu mais do encontro foi a preocupação de empresários que aderiram a Bolsonaro antes que seu favoritismo em pesquisas fosse precificado pelo mercado financeiro e pelo mundo político como uma realidade.

Como a **Folha** mostrou ao longo da campanha eleitoral, havia muita resistência entre nomes do PIB mais tradicional, como empreiteiros e banqueiros, ao capitão reformado do Exército. O candidato preferido era Geraldo Alckmin (PSDB), que nunca decolou.

O presidente eleito começou a atrair um perfil diferente de empreendedores, gente ligada mais ao setor de serviços e de varejo. Essa turma agora quer voltar a ser ouvida.

O momento em que o PIB mudou o olhar sobre Bolsonaro pode ser identificado em um café da manhã no dia 10 de agosto, quando o candidato foi ouvido por 62 empresários. Vários passaram a dar apoio abertamente a ele.

Flávio Rocha, que tinha tentado se lançar pelo PRB na disputa, estava presente e foi chamado de "vice-presidente de honra" pelo capitão.

Joice foi procurada também por seu papel no cenário estadual paulista. Ela apoiou João Doria (PSDB), vencedor do segundo turno no domingo (28), galvanizando um racha que se insinua entre ela e o senador eleito Major Olímpio, presidente do PSL em São Paulo.

Olímpio é desafeto de Doria e apoiou o governador Márcio França (PSB) na disputa. Joice pôde comemorar a vitória e, segundo os presentes, creditou a si um acréscimo de 1,5 milhão de votos para o tucano —que venceu o pessebista por apenas 741,5 mil votos.

A deputada eleita reforçou sua proximidade com o futuro governador. Ambos irão para o Peru no fim da semana para participar de um fórum de investidores.

### **'Nós vamos salvar a indústria apesar dos industriais' diz Paulo Guedes**

31/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Guro de Bolsonaro vai assumir superministério da Economia, que une Fazenda, Planejamento e Mdic***

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), decidiu criar o superministério da Economia. Ele ainda vai unir os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente.

Não houve anúncio sobre o destino dos ministérios ligados às áreas de energia, transporte e saneamento, que também podem ser agregados para formar o superministério da Infraestrutura.

As definições em relação à infraestrutura envolvem negociações mais longas porque a equipe de Bolsonaro quer indicar militares para alguns cargos estratégicos.

A nova pasta da Economia reunirá os atuais ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) e será comandada pelo economista Paulo Guedes.

Após pressão do setor industrial, Bolsonaro chegou a descartar a inclusão do Mdic no superministério. Mas voltou atrás, o que foi comemorado por Guedes —que ficou irritado ao ser questionado sobre a mudança de plano.

“Está havendo uma desindustrialização há mais de 30 anos, nós vamos salvar a indústria brasileira apesar dos industriais brasileiros”, disse.

A proposta de junção consta do plano de governo apresentado por Bolsonaro à Justiça Eleitoral.

O anúncio de sua criação foi feito nesta terça-feira (30) por Guedes e Onyx Lorenzoni, futuro chefe da Casa Civil, após reunião para tratar da transição de governo.

O encontro foi realizado na casa do empresário Paulo Marinho, no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro.



Onyx Lorenzoni, futuro ministro da Casa Civil, após reunião com Jair Bolsonaro (PSL) no Rio de Janeiro - Sergio Moraes/Reuters

### **DEFESA DA INCORPORAÇÃO DO MDIC**

Guedes foi enfático na defesa da incorporação do Mdic à Fazenda. Afirmou haver um objetivo na medida: reduzir a carga tributária de forma sincronizada com uma política de abertura comercial.

O futuro ministro afirmou que a abertura no governo Bolsonaro será gradual para não prejudicar a indústria, que, em sua avaliação, está usando o Mdic como trincheira para se defender de mudanças necessárias.

“O Ministério da Indústria e Comércio se transformou numa trincheira da Primeira Guerra Mundial. Eles [industriais] estão lá com arame farpado, lama, buraco, defendendo às vezes protecionismo, subsídio, desonerações setoriais, que prejudicam a indústria brasileira —em vez de lutarem pela redução de impostos, simplificação e uma integração competitiva na economia internacional.”

Essa guerra setorial, em sua avaliação, favorece apenas setores mais organizados e prejudica o país: “Quem tem lobby consegue desoneração e quem não tem vai para o Refis [programa de renegociação de dívidas tributárias]”.

A redução da carga tributária e a simplificação dos impostos teriam como objetivo interromper esse círculo vicioso e permitir o ganho de competitividade por meio da abertura comercial, de acordo com Guedes.

“Não vamos fazer uma abertura abrupta para prejudicar a indústria brasileira. Ao contrário, vamos retomar o seu crescimento com juros baixos, reformas fiscais e desburocratização”, disse.

“A razão de o Ministério da Indústria e Comércio estar próximo da economia é justamente para isso. Não adianta a turma da Receita ir baixando os impostos devagar, e a turma da indústria abrir muito rápido. Isso tudo tem de ser sincronizado, com uma orientação única”, afirmou Guedes.

Em relação à superpasta, o futuro ministro disse que ainda não começou a tratar de nomes para chefiar as estatais.

Guedes afirmou que não convidou quadros que estão no governo Michel Temer para ficar na nova gestão.

Mansueto de Almeida, secretário do Tesouro, e Marcos Mendes, secretário especial da Fazenda, são cotados para permanecer.

Sobre a subvenção do diesel, Guedes afirmou que uma opção foi elaborada, mas ainda não deu tempo de levá-la ao presidente eleito.

### **AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

Os futuros ministros de Bolsonaro, Onyx e Guedes, disseram ainda que os planos para a Agricultura e o Meio Ambiente foram mantidos.



"Agricultura e Meio Ambiente estarão no mesmo ministério, como desde o primeiro momento", afirmou Onyx. Bolsonaro, porém, chegara a admitir na semana passada que essa decisão poderia ser revista.

O futuro ministro negou que o presidente eleito tenha mudado de planos: "Ninguém recuou nada".

Coordenador da transição, Onyx disse que restarão entre 15 e 16 ministérios —hoje são 29. Demais nomes não foram divulgados.

### **Indústria precisa de ministério próprio, diz CNI após anúncio de fusão**

31/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 30-10-2018)

#### ***Extinção coloca Brasil na contramão e reduz capacidade de negociações, diz entidade***

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) se manifestou contra a extinção do Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), que será incorporado ao superministério da Economia no governo de Jair Bolsonaro (PSL).

A nova pasta vai incorporar também os atuais ministérios Fazenda e do Planejamento e será comandada pelo economista Paulo Guedes. A fusão foi confirmada nesta terça-feira (30) pelo futuro ministro, e a medida desagradou os industriais.

"Tendo em vista a importância do setor industrial para o Brasil, que é responsável por 21% do PIB nacional e pelo recolhimento de 32% dos impostos federais, precisamos de um ministério com um papel específico, que não seja atrelado à Fazenda, mais preocupada em arrecadar impostos e administrar as contas públicas", disse em nota o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, acrescentando que indústria gera cerca de 10 milhões de empregos no país e é responsável por 51% das exportações nacionais.

Além disso, ele afirma que "a excessiva concentração de funções em um único ministério reduziria a atenção sobre temas que são cruciais para a indústria, que ficariam diluídos em meio aos incêndios que cotidianamente desafiam a gestão macroeconômica."

O representante da indústria afirma que o próximo governo tem o desafio incontornável de recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento econômico e social e, para isso, o país precisa ter uma indústria forte.

Assim, diz, é imprescindível um ministério independente para elaborar, executar e coordenar as políticas públicas para o setor industrial e monitorar seus impactos. "Nenhuma grande economia do mundo abre mão de ter um ministério responsável pela indústria e pelo comércio exterior forte e atuante", completa.

Segundo o presidente da CNI, desde a crise de 2008 e o impacto da indústria 4.0, aumentou o número de países com ministérios específicos e estratégias industriais.

Ele cita exemplos de países como a Inglaterra, que criou órgão estatal específico para a indústria, e os Estados Unidos, cujo Departamento de Comércio foi reforçado na gestão de Donald Trump, segundo Andrade.

"A eventual perda de status do Mdic colocaria o Brasil, portanto, na contramão dessa tendência e reduziria a nossa capacidade em negociações internacionais", conclui.

## Montadoras minimizam fala de Guedes de que Mercosul não é prioridade

31/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O setor automotivo tenta demonstrar tranquilidade diante de Guedes sobre o Mercosul. “Argentina e Brasil têm relações muito sólidas, não acredito que algo venha a causar qualquer tipo de interferência”, diz Marco Silva, presidente da Nissan do Brasil.

O executivo afirma que aproximadamente 20% da produção nacional da Nissan vai para a Argentina. A fábrica da montadora fica em Resende (RJ), onde são feitos os modelos Kicks, March e Versa.

Segundo Silva, carros produzidos no país vizinho chegarão ao Brasil em maior volume a partir de 2019. “Depois do investimento que fizemos em Córdoba, acreditamos que essa dependência mútua será ainda mais consolidada, estou muito tranquilo quanto a isso.”

O presidente da Nissan se refere ao início da produção da picape Frontier na fábrica de Santa Isabel, um investimento de US\$ 600 milhões (R\$ 2,2 bilhões) com capacidade para montar 70 mil unidades por ano. Cerca de 50% da produção será voltada à exportação, sendo o Brasil o principal mercado.



Segundo presidente da Nissan, grande parte da produção argentina da picape Frontier deve vir para o Brasil - Divulgação

O modelo de origem japonesa vai dividir a linha de produção com as picapes Mercedes Classe X e Renault Alaskan.

Ricardo Bastos, diretor de assuntos governamentais da Toyota, também minimiza as declarações de Guedes.

“A possibilidade de maior flexibilidade para o bloco ou os países poderem fazer negociações bilaterais pode ocorrer sem ruptura da integração já alcançada entre os membros.”

A Toyota produz a picape Hilux e o utilitário SW4 na fábrica de Zárate. Somados, os modelos tiveram 37,1 mil unidades emplacadas no Brasil entre janeiro e setembro.

Outras fabricantes que produzem automóveis nos dois países preferiram não se pronunciar, por acharem que ainda é cedo para dar qualquer tipo de declaração.

Apesar de a relação comercial entre os países ser considerada restritiva por Guedes, que deseja estabelecer contratos mais globais e vultosos, o acordo entre Brasil e Argentina no setor automotivo já tirou um e outro de apuros.

As exportações de carros para a Argentina chegaram a representar cerca de 75% do total no setor. Entre 2014 e 2016, anos de forte queda nas vendas internas, esse volume ajudou a manter produtivas as fábricas instaladas no Brasil.

Com a crise argentina —os emplacamentos por lá caíram 35% na comparação entre setembro de 2018 e de 2017—, essa participação caiu para 50%. Ainda assim, o país vizinho é o maior comprador dos carros nacionais.

Por outro lado, a retomada do mercado brasileiro favorece aos argentinos. A Volkswagen prevê um crescimento de 8% neste ano na produção de sua fábrica em Pacheco. A montadora faz a perua SpaceFox e a picape Amarok nessa unidade.

Em novembro de 2017, a Volks anunciou um investimento de US\$ 650 milhões (R\$ 2,4 bilhões) na linha de produção argentina. Um novo utilitário de porte médio será feito no país vizinho, tendo mais uma vez o Brasil como principal mercado.



Volkswagen Spacefox Comfortline - Divulgação

O setor calçadista, também relevante na relação comercial entre os países do Mercosul, é outro que minimiza as declarações de Guedes.

Para o presidente da Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados), Heitor Klein, o que já está definido não deve ser alterado.

“É preciso manter a área de livre-comércio com o Paraguai a Argentina e o Uruguai. Mas, não acredito que se possa regredir nessa relação.”

Klein diz também que os países não têm caminhado para outros acordos. “A realidade é que não temos avançado muito como mercado comum. Com a União Europeia, por exemplo, está há algum tempo parado.”

### **Comércio bilateral com os argentinos não é prioridade, diz Paulo Guedes**

31/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 30-10-2018)

O economista Paulo Guedes, principal assessor econômico do presidente eleito da República, Jair Bolsonaro, pediu desculpas na manhã desta terça-feira, 30, pela forma como se dirigiu ao papel da Argentina na política de comércio exterior do futuro governo, mas voltou a afirmar que a prioridade da política econômica será o ajuste fiscal por meio de corte de gasto e não o comércio bilateral com os argentinos.

“O nosso foco, o nosso principal problema são os desequilíbrios internos, o excesso de gasto público. Eu não quis em nenhum momento desmerecer a Argentina, o Mercosul.

Eu quis dizer o seguinte: não é minha prioridade. A minha prioridade é o gasto público. Nada contra o Mercosul, nada contra a Argentina. Eu só disse que não é a nossa prioridade. Como eu estava afogado, com muito microfone em cima, disse que não era prioridade”, afirmou Guedes, ainda quando chegou à reunião entre Bolsonaro e seus principais assessores, na casa do empresário Paulo Marinho, na zona sul do Rio.

Após a confirmação da eleição de Bolsonaro no domingo, 28, Guedes afirmou que o Mercosul e a Argentina não eram prioridade do futuro governo, ao responder a pergunta de jornalista do jornal *El Clarín*.

A reunião com a cúpula do futuro governo nesta terça-feira já terminou. Guedes e Bolsonaro já deixaram a casa de Paulo Marinho. Bolsonaro não falou à imprensa.

## **Procuradoria do trabalho orienta para validade de contribuição sindical a quem não é sindicalizado**

31/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 30-10-2018)

### **Nota técnica reconhece recolhimento aprovado em assembleia, desde que haja direito de oposição**

O Ministério Público do Trabalho emitiu uma nota técnica na última sexta-feira (26) reconhecendo a validade da cobrança de contribuição assistencial para trabalhadores não sindicalizados se houver decisão favorável em assembleia.

A reforma trabalhista acabou com o imposto sindical compulsório, que descontava por ano um dia de salário de cada trabalhador para financiar o sindicato. Em junho, o STF (Supremo Tribunal Federal) validou a legalidade do fim da cobrança.

Além do imposto, no entanto, há outras taxas para financiamento das entidades. Chamadas de contribuições assistenciais ou negociais, são descontadas conforme decisão em assembleia da categoria.

A orientação do MPT diz que a cobrança do não associado abrangido pela negociação coletiva não viola a liberdade sindical.

"A assembleia regularmente convocada é fonte legítima para a estipulação de contribuição destinada ao custeio das atividades sindicais, podendo dispor sobre o valor, a forma do desconto, a finalidade e a destinação da contribuição", escreveram João Hilário Valentim, procurador regional do trabalho e coordenador nacional da Conalis (Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical), e Alberto Emiliano de Oliveira Neto, procurador do trabalho e vice coordenador da Conalis.

Eles citam que a Constituição brasileira veta condicionar a contratação ou manutenção de um funcionário a sua filiação ao sindicato, mas não proíbe a cobrança de contribuição assistencial aos não filiados, desde que eles tenham sido abrangidos pela negociação.

Fábio Lemos Zanão, do Zanão & Poliszczuk Advogados Associados, destaca no documento a citação a um precedente do TST (Tribunal Superior do Trabalho) sinalizando que esse desconto só pode ser feito se previamente autorizado pelo trabalhador.

Alberto Emiliano de Oliveira explicou à **Folha** que o posicionamento do TST é anterior às alterações na [CLT](#) (Consolidação das Leis do Trabalho), em vigor desde novembro do ano passado, e, por isso, a norma técnica não fere o posicionamento.

"Anteriormente, havia o imposto sindical, que era obrigatório. Por isso, para a outra cobrança, a autorização prévia era necessária. Agora, não há mais essa fonte de custeio e entendemos que a assembleia é legítima", disse.

Na nota, os procuradores afirmam que "os efeitos decorrentes da reforma trabalhista demandam uma nova interpretação das normas que versem sobre o custeio das entidades sindicais."

Oliveira ressalta que a norma técnica do MPT fala sobre a cláusula de oposição. Ou seja, se o trabalhador não quiser contribuir, pode se opor e não terá a contribuição descontada.

"O Ministério Público do Trabalho tem como uma das bandeiras a promoção da liberdade sindical. E entendemos que essa liberdade tem a ver com a fonte de custeio", afirma.

No documento, Oliveira e Valentim retomam explicação do ministro Edson Fachin de que a organização sindical brasileira é formada pelo tripé unicidade (apenas um sindicato de categoria por base territorial), representatividade e custeio das entidades.

Ao se retirar um desses pilares, dizem os procuradores, o sistema poderá ruir como um todo.

"Os abrangidos pela negociação coletiva devem participar do financiamento desse processo, sob pena de inviabilizar a atuação sindical, bem como atuar como desincentivo a novas associações", diz a nota.

Ângelo Fabiano Farias da Costa, presidente da ANPT (associação dos procuradores do trabalho), observa que a nota do MPT não tem caráter vinculante e que os procuradores possuem prerrogativa de independência funcional.

"Eles podem, de acordo com sua própria interpretação da Constituição, da lei e da jurisprudência, entender de maneira contrária", diz.

Segundo ele, no entanto, a nota serve como respaldo para procuradores que tenham interpretações no mesmo sentido da Conalis e também para entidades sindicais. "Com essa nota, elas podem se sentir, a partir de agora, mais livres para estabelecer a cobrança assistencial, desde que preservado o direito de oposição."

Pessoalmente, Costa afirma concordar com a nota do Ministério. "Quando o sindicato estabelece uma convenção ou acordo coletivo, aqueles benefícios conquistados se aplicam a todos os trabalhadores da categoria, não somente aos filiados. A contribuição seria uma retribuição pelo serviço prestado", diz.

## **DIVERGÊNCIAS**

Para o consultor em direito do trabalho Ricardo Calcini, a nota técnica parte de uma premissa equivocada. "O sindicato, por meio da assembleia de trabalhadores, não pode substituir a prévia e expressa autorização individual de seus representados no que diz respeito à estipulação de contribuição destinada ao custeio das atividades sindicais", afirma.

O especialista avalia que exigir a cobrança de contribuição do trabalhador não filiado, independentemente de sua autorização individual, viola o direito constitucional de não sindicalização.

Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra (associação dos magistrados da Justiça do Trabalho) e professor da USP, afirma, no entanto, que os procuradores têm razão ao argumentar que em momento algum a lei fala em autorização individual.

"A discussão então é se expressa e prévia tem que ser individual. Muitas entidades sindicais têm utilizado a tese de que uma assembleia pode configurar uma autorização expressa e prévia coletiva", afirma.

**Brasil sobe 16 posições em ranking que avalia facilidade de fazer negócios**

31/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 30-11-2018)

Reformas feitas pelo Brasil no ano passado fizeram com que o país avançasse mais de 15 posições, saindo do 125º e chegando ao 109º lugar, em ranking do Banco Mundial que avalia a facilidade de fazer negócios em 190 países.

De acordo com o banco, pela primeira vez em 16 anos, desde que o relatório Doing Business começou a ser publicado, o Brasil fez seu maior número de reformas e superou todos os países da América Latina neste aspecto.

Quatro reformas são citadas como essenciais para o avanço: introdução de certificados digitais para importação, aprimoramento do acesso ao crédito, criação de sistema online para facilitar abertura de empresas e adoção de sistema eletrônico para gestão do fornecimento de energia.



Em 2017, o Brasil introduziu certificados digitais que ajudaram a reduzir pela metade o tempo necessário para a importação - Eduardo Knapp/Folhapress

Essas reformas ajudam eliminar obstáculos para o empreendedorismo, fator importante para reduzir a pobreza, afirmou o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Martin Raiser. "O Brasil deixou claro o seu compromisso em melhorar o ambiente de negócios para as pequenas e médias empresas."

Outros países da América Latina e Caribe também apresentaram um histórico notável de reformas como Bahamas, El Salvador, Paraguai e Peru, com duas reformas cada.

Apesar de melhorar o ambiente para os negócios, o Brasil ainda está atrás de outros países desta região, como México (54ª posição), Colômbia (65ª posição) e Costa Rica (67ª posição).

### **Para estimular concorrência, governo flexibiliza entrada de fintech estrangeira no Brasil**

31/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 30-11-2018)

#### ***Agora, empresas dependerão apenas de autorização do Banco Central***

Na busca por aumentar a competição no setor financeiro e reduzir o custo do crédito, o governo simplificou o processo de autorização para que fintechs (empresas iniciantes de tecnologia financeira) que tenham capital estrangeiro atuem no mercado brasileiro.

Decreto publicado nesta terça (30) retira a obrigatoriedade de que essas empresas tenham autorização expressa da Presidência para se inserir no sistema financeiro nacional, o que dependia de avaliação sobre haver interesse do país na entrada dos acionistas estrangeiros no setor.

A mudança vale para empresas que queiram atuar como Sociedade de Crédito Direto (SCD), que são as fintechs que emprestam com recursos próprios, e como Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP), que são as empresas que fazem a ponte entre quem quer emprestar e tomadores de crédito.

Essas modalidades de instituição financeira foram criadas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em abril.

Com elas, buscou-se dar independência e aumentar a regulação sobre uma série de startups que, até então, precisavam de parcerias com bancos para poderem prestar seus serviços.

Antes disso, elas só poderiam funcionar como correspondentes bancários, usando suas plataformas tecnológicas para vender serviços efetivados pela instituição parceira.

Especialistas no segmento e empresários consideram que a flexibilização da regra trará mais recursos estrangeiros ao setor. Eles devem vir principalmente a partir de investimentos de fundos de capital de risco em companhias que já estão no mercado brasileiro e via aquisição de algumas delas por estrangeiras que queiram entrar no segmento.

De acordo com o advogado Pedro Chueiri, sócio do escritório Ulhoa Canto, sem a facilitação da atuação de estrangeiros no mercado de fintechs, as companhias do setor tinham as opções de investimento e de venda de controle limitadas e muitas vezes se tornavam dependentes dos bancos.

"As fintechs já estão sendo alvo de assédio das grandes instituições, interessadas em comprar participação nelas. Não haver restrições reduz a concentração do mercado e aumenta o valor delas, pois passam a ter mais opções."

Edson Luiz dos Santos, investidor do setor de fintechs, diz que a medida ajuda a impulsionar um setor que, de um lado, conta com empreendedores precisando de recursos, e, de outro, investidores de fora interessados no grande mercado para crédito no Brasil.

Bruno Sayão, fundador da startup IOUU, de empréstimo entre pessoas e pequenas empresas, diz estar captando R\$ 1,2 milhão de pequenos investidores a partir do site EqSeed, de venda de ações de startups pela internet.

Ele afirma que o decreto deve facilitar captações maiores com estrangeiros no futuro. Marcelo Ciampolini, presidente da fintech de empréstimos Lendico, lembra que boa parte das empresas de destaque no setor já possui investidores de fora e ainda atuam no modelo antigo, de correspondência bancária.

Sua empresa estuda os custos de se adaptar ao novo formato definido pelo governo no primeiro semestre, o que deve ser facilitado com a medida anunciada nesta terça. Segundo ele, o decreto confirma o interesse do governo de fomentar o avanço do setor e diferencia o tratamento dado às fintechs e aos bancos, que continuam precisando de autorizações para operar com capital de fora.

Sobre o prazo que uma instituição tradicional espera para conseguir uma autorização presidencial, a advogada Evy Marques, do escritório Felsberg, aponta que ele seria incompatível com a realidade das startups.

"Já tive clientes que esperaram dois anos para ter essa autorização. Se uma startup tiver que esperar isso, ela vai fechar antes de conseguir."

Guilherme Horn, líder de inovação da consultoria Accenture e conselheiro da Associação Brasileira de Fintechs, diz acreditar ser provável que estrangeiros prefiram investir em startups brasileiras a trazer negócios bem-sucedidos de fora para o Brasil.

Isso porque, em sua avaliação, empreendedores brasileiros têm uma importante vantagem em relação aos internacionais, por conhecerem melhor o mercado local.

De acordo com a autoridade monetária, o objetivo da flexibilização no caso das fintechs é incentivar a entrada de novas instituições financeiras de tecnologia no país, estimulando a concorrência e o processo de inovação.

Essas empresas são consideradas pelo BC como uma das apostas para ajudar a reduzir o custo do crédito, com a oferta de produtos a um público que ainda não é atendido pelos bancos tradicionais.

"Com o decreto, o processo de autorização se torna mais célere, de maneira compatível com a natureza dos investimentos estrangeiros em fintechs, produzindo benefícios para o país", afirmou o BC em nota.

"A realização de investimentos estrangeiros nas fintechs é fundamental para fomentar avanços contínuos em inovações tecnológicas e para permitir que tais instituições ampliem o leque de produtos financeiros diferenciados e inovadores."

## **Reforma da Previdência em 2018 esbarra em discordâncias**

31/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 30-11-2018)

### ***Paulo Guedes vê urgência em aprovação; Rodrigo Maia pede 'paciência'***

A reforma da Previdência deverá ser o primeiro teste de realidade pelo qual passará Paulo Guedes à frente da área econômica do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

O futuro ministro considera a reforma "a mais importante e rápida" medida a ser adotada pelo governo, com o objetivo de atacar o aumento dos gastos públicos.

Ao chegar à reunião com a equipe do presidente eleito, nesta terça-feira (30), Guedes defendeu a aprovação da reforma de Michel Temer, além de uma segunda rodada de mudanças, com vistas a adotar o regime de capitalização.



Paulo Guedes após reunião entre os futuros ministros de Jair Bolsonaro (SPL), na casa do empresário Paulo Marinho, no jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro - AFP  
Guedes tem apoio de Bolsonaro. Em entrevistas a TVs na segunda-feira (29), o presidente eleito afirmou que conversaria com o atual presidente, Michel Temer (MDB), para tentar aprovar "ao menos parte" da reforma previdenciária ainda em 2018.

Guedes, porém, atribuiu a reação negativa do mercado após a eleição a críticas de Onyx Lorenzoni sobre a viabilidade de aprovar a reforma ainda neste ano.

"Houve gente falando que não tem pressa de fazer a reforma da Previdência. O mercado reagiu mal", disse.

"É um político falando de economia, é a mesma coisa de eu sair falando de política, não vai dar certo", afirmou Guedes.

Mais tarde, porém, admitiu a dificuldade política. "Do ponto de vista econômico, nós estamos atrasados. Essa reforma podia ter sido feita lá atrás, evidentemente tem o cálculo político. O nosso Onyx corretamente não quer que uma vitória nas urnas se transforme numa confusão no Congresso. Se o Congresso não tiver condições de aprovar, nos submetemos", disse Guedes.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já alertou a equipe do presidente eleito para o fato de que uma derrota na votação da reforma seria ruim para Bolsonaro e pediu paciência.



"Precipitado é votar qualquer coisa sem voto. Com voto, nada é precipitado. Votar qualquer matéria, Previdência ou não, para o futuro governo sofrer uma derrota, eu acho que é ruim. Então vamos ter que ter paciência", disse.

## **SEM CLIMA**

Líderes partidários consideram que é improvável que a reforma da Previdência avance no Congresso ainda nesta legislatura, como deseja a equipe do presidente eleito.

Para o líder do governo no Congresso, André Moura (PSC-SE), a aprovação será difícil e não houve orientação do Palácio do Planalto para que seja tocada a pauta. "Ninguém tocou no assunto", disse o deputado nesta terça.

À frente de uma bancada de 40 parlamentares, José Rocha (PR-BA) diz que não há clima na Casa para votar a matéria nesta legislatura. De acordo com ele, o texto atual não acabaria com o déficit previdenciário e não há previsão para que seja votado.

O líder do PPS, Alex Manente (SP), também afirma que é muito difícil. "Acho que não é nem o caminho adequado, é o caso de esperar o novo governo e o novo Congresso e debater com a sociedade", afirmou.

Segundo um assessor ouvido pela Folha, outros projetos da pauta econômica, como cadastro positivo e autonomia do Banco Central, têm mais chances de caminhar na Casa.

Aliado do presidente eleito, o presidente da bancada da bala, Alberto Fraga (DEM-DF), diz que a aprovação é inviável.

"Nós esperamos e até preferimos que a matéria seja votada pelo novo Congresso", afirmou o deputado, que não terá mandato em 2019. Fraga concorreu ao governo do Distrito Federal, mas não se elegeu.

Segundo ele, a votação de uma reforma agora por parte dos congressistas que não se reelegeram poderia ser interpretada como vingança. "Pode receber uma pecha de ter sido retaliação. Por isso acho melhor a gente pensar num novo texto mais adequado para o próximo ano", afirmou.

Membro do núcleo de aliados de Bolsonaro, o deputado federal e senador eleito Major Olímpio (PSL) afirmou que não há condição de votar a reforma neste ano. Para ele, muitos deputados não foram reeleitos e, por isso, faltam "ânimo e legitimidade" para aprovar a proposta agora.

"Não vejo condição. E, se fosse colocado em votação o projeto como está, não passaria. Eu votaria contra", disse. No Senado, líderes partidários não veem com confiança a possibilidade de votação de mudanças nas regras da aposentadoria neste ano.

A reforma exigirá longos debates e negociações em um momento em que Bolsonaro nem sequer estruturou uma base aliada. O grande número de parlamentares que não se reelegeram também pode ser um entrave para as articulações, avalia o senador Ciro Nogueira (PP-PI). "Com metade do Congresso saindo, não vejo como [ser votada]", disse.

Ele afirma que o partido dará apoio à reforma e defende o ajuste das regras da aposentadoria para civis e militares, ponto que encontra resistência entre membros do partido de Bolsonaro.

Na avaliação da líder do MDB, senadora Simone Tebet (MS), falta clareza sobre qual proposta de reforma o novo governo vai defender. Para ela, depois de uma proposta concreta, os parlamentares terão condições de avaliar.

"As informações do presidente eleito estão um pouco truncadas. A gente precisa primeiro que eles entrem em sintonia, entendam o que querem, para depois propor para o Congresso", afirmou.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que preside a Comissão de Assuntos Econômicos, considera que seria positivo o Congresso dar andamento à proposta de reforma. "Se a gente puder avançar em alguma coisa, é bom, porque a situação fiscal é muito grave."

Assessores do atual comando do Planalto dizem haver boa vontade de Temer em colocar a reforma em votação, mas querem um sinal mais claro da equipe de Bolsonaro.

Integrantes do primeiro escalão do governo dizem que o presidente eleito e seus auxiliares têm emitido sinais trocados e aguardam uma conversa formal para saber que reforma Bolsonaro quer conduzir e quem vai liderar a articulação na Câmara.

Um encontro entre o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o já anunciado titular da pasta a partir de 2019, Onyx Lorenzoni, está previsto para esta quarta-feira (31).

### **Brasileiro conta com sobra no orçamento para poupar; saiba como se planejar**

31/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Pesquisa aponta que maioria que não guarda dinheiro sequer tem reserva de emergência***

Não há muito o que se comemorar no Dia Mundial da Poupança, celebrado nesta quarta-feira (31), no Brasil, mas a data pode servir de alerta para o descuido da população com suas finanças.

Menos de um terço dos brasileiros afirmavam ter o hábito de poupar e, entre esses, apenas 10% disseram estipular um valor fixo a ser guardado. O restante poupa o que resta do orçamento.

Os dados são do Indicador de Reserva Financeira da CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) e do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) de setembro. No mês anterior, isto é, agosto, poucos mais de 16% dos entrevistados afirmaram ter conseguido guardar algum dinheiro.

"A pesquisa mostra que não só o grupo de poupadores é pequeno, como ainda quem consegue guardar não faz isso da melhor forma, com planejamento. Muitos vão na sorte, quando dá, quando sobra", avalia Marcela Kawauti, economista-chefe do SPC Brasil.

Mais grave. Não só 61% dos entrevistados não costumam poupar, como quase 53% sequer tem uma reserva de dinheiro.

"O brasileiro vive de uma fora muito imediatista, depende de parcelas. Mas, acima de tudo, nunca tivemos educação financeira", diz Annalisa Blando Dal Zotto, planejadora financeira e sócia da Par Mais.

As principais justificativas de quem não guardou dinheiro, de acordo com o levantamento do SPC, foram renda insuficiente (45%), imprevistos (15%), o fato de estarem sem trabalho no momento (15%) e descontrole com relação aos gastos (12%).

Segundo Dal Zotto, o passo inicial antes de começar a poupar é traçar objetivos. Guardar dinheiro para comprar uma casa, fazer um sabático ou se aposentar exige estratégias diferentes.

"Essa atitude do 'se sobrar' não adianta, porque dificilmente acontece. A maioria das pessoas sempre posterga para o próximo mês", diz.

A estratégia do "pague-se antes" é preferível. "Quando você separa, por exemplo, 10% do seu dinheiro logo depois que recebe o seu salário, pode ser difícil no início, mas gradualmente você aprende a viver com os 90% restantes", afirma a planejadora.

"Depois, a cada mês, você vai aumentando um pouquinho esse percentual, assim não leva um susto grande. Acaba criando um desafio consigo mesmo e um hábito. Mas vale começar guardando qualquer coisa, é como chutar uma bola, precisa sair dessa inércia", completa Dal Zotto.

Antes de tudo isso, no entanto, vem a formação de reserva de emergência.

Segundo o SPC, quatro em cada dez dos poupadores precisaram sacar, em setembro, ao menos parte dos recursos guardados em agosto. Entre esses, 16% disseram destinar o dinheiro para uma situação inesperada e 9% para pagar dívidas.

"A reserva está aí para ser usada quando aperta, mas tem que se organizar para recompor os recursos. Todo mundo passa por imprevistos, se você não tem dinheiro guardado, no primeiro obstáculo vai se endividar", diz Dal Zotto.

Muitas dívidas contraídas pelas famílias poderiam ser quitadas com valores considerados baixos.

Quase três em cada dez pessoas com o nome negativado no SCPC (serviços de proteção ao crédito) poderiam voltar para o azul pagando até R\$ 500, aponta outro levantamento, da startup de finanças pessoais GuiaBolso.

"As pessoas não têm uma reserva de emergência ou poupança. Quando acontece a situação inesperada, como uma demissão, despesa hospitalar ou batida de carro sem seguro, dá esse soluço nas finanças. Por mais que depois ela volte a pagar em dia, é muito difícil quitar o passado. Pagar aqueles dois ou três meses que ficaram para trás requer um aperto de contas maior", diz Márcio Reis, diretor de dados e pesquisas econômicas da GuiaBolso.

Ele orienta que guardar valores menores, mas com constância, é mais vantajoso do que poupar esporadicamente montantes grandes. "O hábito gera valor", afirma.

Para criar constância, diz Dal Zotto, é essencial elaborar uma planilha de controle financeiro, em que o consumidor lance ganhos, custos e planeje o quanto vai guardar. "É chato, mas tem que fazer", afirma.

## **ESCOLHA DOS INVESTIMENTOS**

Se para quem poupa olhar para o presente já é difícil, planejar o futuro parece ainda mais distante. Apenas dois em cada dez brasileiros que guardaram alguma quantia em agosto separaram parte da renda pensando na aposentadoria, diz o SPC.

Marcela Kawauti, do birô de crédito, destaca que o brasileiro tem dificuldade para escolher os instrumentos mais adequados para poupar de acordo com seu objetivo.

A velha caderneta de poupança lidera o destino das reservas com folga (59%), bem abaixo de outros investimentos como fundos (10%) e Tesouro Direto (7%), de acordo com o levantamento.

Já 18% afirmam deixar o dinheiro em casa e outros 18% na conta corrente. "Isso é muito ruim, porque não oferece retorno nenhum", diz Kawauti.

"Não é só criar o hábito de poupar. Esse é o primeiro passo, planejar o objetivo, quanto vou guardar. Mas não adianta ter foco se não escolher o instrumento adequado para isso", ela acrescenta.

A planejadora Annalisa Dal Zotto explica que objetivos de longo prazo permitem ao investidor assumir maior risco em busca de mais retorno, como em fundos de ações ou multimercados. "Se houver perdas no curto prazo, com um universo de cinco, dez anos de aplicação, há tempo para se recuperar", afirma.

"O dinheiro da reserva deve estar ou em uma poupança ou num Tesouro Selic, por exemplo, em que não vai render tanto, mas também o risco de perda é menor", completa.

## **Prevenção ao superendividamento continua longe do Código de Defesa do Consumidor**

31/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Endividamento das famílias não ocorre simplesmente pela ganância desenfreada***

A autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN) aos bancos para reduzir o limite do cartão de crédito dos seus clientes antes de 30 dias de prazo me fez lembrar o projeto de lei 3515/2015. Ele visa à alteração do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Estatuto do Idoso para evitar o superendividamento dos cidadãos. Mas PL está parado na Câmara dos Deputados.

Embora mais de 60 milhões de brasileiros estejam endividados, combater este grave problema não parece urgente para os legisladores.

Os projetos de atualização do CDC começaram a tramitar em 2012, a partir de anteprojeto de juristas liderados por Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele foi um dos autores do CDC, uma das melhores legislações consumeristas do mundo.

O endividamento das famílias, ao contrário do que se possa imaginar, não ocorre simplesmente pela ganância desenfreada dos brasileiros. Além de imprevistos nada raros – desemprego, perda de poder aquisitivo, doenças graves – há todo um sistema que incentiva o crédito para movimentar a economia.

Isso ocorreu fortemente entre 2003-2016, sob a alegação de que geraria vendas, produção, empregos e arrecadação. É verdade, mas como crédito não é sinônimo de renda, um dia as pessoas têm de pagar as contas, com ou sem dinheiro disponível.

Surgiram, nos últimos anos, algumas providências para enfrentar as dívidas no cartão de crédito, maior fonte de endividamento. O crédito rotativo passou a ter limite de 30 dias. Depois disso, tem de ser quitado integralmente. Os bancos são obrigados a parcelar o valor dos que não conseguirem pagar, com outra linha de crédito, a juros mais baixos.

Desde junho último, cada banco pode definir o percentual de pagamento mínimo do rotativo (antes, era 15%).

A autorização do CMN, cabe explicar, também pretende reduzir o endividamento, quando o perfil de risco de crédito do cliente piorar rapidamente.

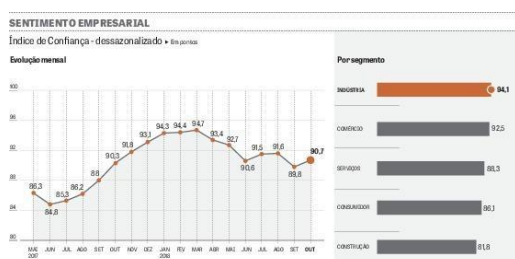
Espero, sinceramente, que governo algum volte a usar o crédito indiscriminadamente para mover as engrenagens da economia. É uma medida que, ao longo do tempo, provoca grande endividamento e afeta negativamente a atividade econômica. Reduz o poder de compra e acaba com a paz familiar.

Enquanto o CDC não tiver nova regulamentação para o crédito ao consumidor e prevenção ao superendividamento, há que redobrar a atenção ao orçamento doméstico, fugir das compras por impulso e controlar o consumismo. Ou pagar muito caro por nossas escolhas equivocadas.

## **Indicador de situação atual piora neste mês, mas a confiança melhora**

31/10/2018 – Fonte: DCI

Segundo especialistas, discurso do novo presidente precisa ressaltar a união do País após eleição polarizada, para evitar que o clima de pessimismo entre os consumidores influencie a economia



O Índice de Situação Atual (ISA) recuou 0,3 ponto em outubro para 87,6 pontos, o menor patamar desde junho, quando o País sofreu os efeitos da greve dos caminhoneiros. Embora a situação atual seja considerada ruim, a tendência é da alta da confiança.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV) divulgados ontem, o Índice de Confiança Empresarial (ICE) – que consolida sondagens da indústria, serviços, comércio e da construção – subiu 0,9 ponto em outubro para 90,7 pontos.

“Quando se pega todos os setores, vê-se que a confiança ainda está historicamente num patamar muito baixo, mas querendo voltar para o moderadamente baixo. A tendência para os próximos meses é positiva, mas não vamos chegar próximos dos 100 pontos”, afirmou o superintendente de estatísticas do Ibre, Aloisio Campelo Jr.

Ele contou que a incerteza eleitoral influenciou nos indicadores do mês passado. “Foi uma eleição muito difícil, o País ficou dividido. O discurso do presidente eleito [Jair Bolsonaro] ainda não está tão claro, mas já se sabe que será um governo liberal, que não pretende aumentar impostos, isso pode levar os empresários a desengavetar projetos de investimentos”, apontou o superintendente.

Entre os subíndices setoriais, a confiança da indústria caiu 2 pontos para 94,1 pontos; enquanto o índice de serviços avançou 0,9 ponto para 88,3 pontos e o indicador do comércio evoluiu 3,8 pontos para 92,5 pontos. Já a confiança do setor da construção subiu 1,5 ponto, mas ainda em apenas 81,8 pontos.

“A indústria estava muito resiliente até agosto, mas depois se distanciou, sendo afetada pelo ritmo muito lento do mercado doméstico e pela piora no cenário internacional, principalmente na indústria de automóveis por causa da crise na Argentina”, disse Campelo.

O índice de confiança do consumidor avançou 4 pontos em outubro para 86,1 pontos, mas o índice de situação atual (ISA) que mede a percepção dos consumidores ainda

está em 71,9 pontos, na faixa dos 70 pontos, ou seja, num patamar considerado muito ruim.

Campelo avaliou que no pós-eleições, as declarações do presidente eleito precisam reforçar a "União do País" principalmente depois da forte polarização política. "Uma postura mais civilizada, de união, ajudará a aumentar um pouco o otimismo e a confiança do consumidor", argumentou.

Ele exemplificou que na eleição norte-americana de novembro de 2016, em que Donald Trump saiu vitorioso, a Universidade de Michigan constatou um fenômeno de inversão de expectativas entre republicanos e democratas.

"Os republicanos ficaram otimistas com o resultado, mas os democratas ficaram muito pessimistas com a derrota. É preciso evitar que esse clima de 'Fla/Flu', de comportamento de acirramento das eleições influencie na confiança", disse.

Mas olhando especificamente para o caso brasileiro, Campolo diz que a estratificação do eleitorado tende a dar popularidade para o novo governante, após o recorde de impopularidade de Michel Temer. "30% são antipetistas, 40% estão no centro, e outros 30% representam a esquerda, mas, de qualquer forma, o novo governo pode começar com um apoio maior, até 70%", diz.

O superintendente explicou que a "lua de mel" dos empresários com o novo governo em relação à confiança deve durar até janeiro. "Mas tem outra lua de mel entre o presidente e o Congresso, que dura entre seis a nove meses", respondeu.

Na literatura política, "lua de mel" é o tempo em que a popularidade de um presidente da República o ajuda a aprovar projetos e reformas no Congresso Nacional sem resistências significativas. "A lua de mel tem um prazo de validade. Os 100 primeiros dias são os mais importantes. Se o governo não consegue aprovar as reformas, essa oportunidade se esvai", afirma o coordenador do Centro de Estudos em Negócios do Insper, David Kallás.

### **Período de transição**

Na avaliação de Kallás, o período de transição do governo Michel Temer (PMDB) para o de Jair Bolsonaro (PSL) deve ser aproveitado para aumentar a confiança dos empresários. "Alguma coisa pode ser feita", disse o coordenador referindo-se a proposta da reforma da Previdência que está pronta para ser votada no Congresso Nacional a espera de um acordo político entre as duas gestões e os parlamentares.

Kallás observou que cinco meses de atraso nas votações pode ser "tempo demais" para investimentos em tecnologia e inovações disruptivas. "Já projetos dos setores de energia e de papel e celulose são para o longo prazo e devem esperar por reformas", diferenciou.

## **Bolsa fecha no maior patamar desde março com fusão de ministérios sob Bolsonaro**

31/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 30-10-2018)

### ***Mercado avalia que novo governo sinaliza compromisso com propostas pró-mercado feitas em campanha***

O anúncio dos superministérios do governo de Jair Bolsonaro e a afirmação do novo presidente de que gostaria de ver o atual governo aprovar ainda neste ano a reforma da Previdência levaram a Bolsa brasileira ao maior patamar de fechamento desde março. O dólar encerrou o dia em pequena queda.

O Ibovespa, principal índice acionário do Brasil, avançou 3,68%, a 86.885 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 20,6 bilhões. No exterior, as Bolsas americanas avançaram mais de 1%, em dia de trégua no exterior.

A alta do Ibovespa foi puxada pelas ações da Petrobras, que avançaram quase 5%, assim como o setor bancário também registrou alta expressiva nesta terça. A Vivo, que divulgou lucro 160% maior no terceiro trimestre, se valorizou quase 15%.

Durante a tarde, dois dos ministros confirmados de Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni, afirmaram que o presidente eleito decidiu manter o plano de criar o superministério da Economia, junção de Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio Exterior. A pasta será comandada por Paulo Guedes.

Além disso, foi confirmada a junção do ministério da Agricultura com o Meio Ambiente. "Essa fusão dos ministérios, com a Agricultura comendo o Meio Ambiente, e com o superministério da economia, é um sinal bem visto pelo mercado financeiro", diz José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do banco Fator.

O mercado viu também com otimismo a afirmação de Jair Bolsonaro de que trabalharia pela aprovação da reforma da Previdência do governo Temer ainda neste ano. Durante a campanha, Bolsonaro e Lorenzoni disseram que isso não deveria ocorrer.

"Além de reconhecer a importância de se fazer uma reforma rapidamente, o fato [a fala de Bolsonaro] indica uma vitória política do guru econômico Paulo Guedes sobre outro nome importante na equipe de Bolsonaro, o deputado Onyx Lorenzoni, que disse mais de uma vez que é contra aprovar a reforma de Temer ainda em 2018", escreveu a Guide em relatório.

Para a equipe da XP, a sinalização positiva é o ponto principal. "O comprometimento com a agenda econômica e priorização da mesma é um forte sinal na direção do mercado, mesmo que a execução disso ainda seja complexa em 2018".

Enquanto a Bolsa subiu com força, o dólar teve mais um dia de forte volatilidade, indo da mínima de R\$ 3,6790 à máxima de R\$ 3,7370. A moeda americana fechou em queda de 0,37%, a R\$ 3,6920 –de uma cesta de 24 emergentes, o real foi a segunda que mais ganhou força sobre o dólar.

O mercado acompanhou as declarações de Guedes sobre o uso das reservas internacionais, que somam US\$ 380 bilhões. Segundo o jornal Valor Econômico, o futuro ministro da Economia planeja reduzir essas reservas. Nesta terça, porém, Guedes negou o plano e disse que elas seriam utilizadas apenas se o dólar chegasse a R\$ 5.

## **Comércio do Paraná deve abrir mais de 5 mil vagas temporárias**

31/10/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 30-10-2018)

A abertura de vagas temporárias deve aumentar neste fim de ano. Sondagem realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio PR) identificou que 17% das empresas dos setores de comércio e serviços do estado devem contratar trabalhadores temporários, o que deve gerar mais de 5 mil vagas temporárias no Paraná.

É a maior projeção de contratação dos últimos três anos. Em 2017, a pretensão de vagas temporárias era de 13,6%; em 2016 foi de 16,1%, e em 2015, de 14,5%. O comércio concentra 18,8% das respostas positivas, enquanto o setor de serviços, 13%.

As contratações vão se concentrar na função de vendedor, com 49%, para dar conta

do fluxo adicional de consumidores durante o Natal e festas de fim de ano. Também devem ser criadas vagas temporárias para atendente geral (12,6%), estoquista (9,8%) e caixa (9,8%).

Boa parte das vagas temporárias vão se transformar em empregos efetivos para 2019, visto que 70% das empresas participantes da sondagem da Fecomércio PR relatam que permanecerão com os funcionários temporários. Outros 13% não descartam a possibilidade de efetivação, mas ainda não se decidiram, e apenas 17% disseram não haver chances de efetivação.

#### Número de vagas

A maioria das empresas (49,2%) irá contratar apenas um funcionário. Os estabelecimentos que planejam contratar até cinco colaboradores correspondem a 23,7% e os que pretendem contratar de seis e dez funcionários, 3,4%. As empresas que abrirão mais de dez vagas somam 5,1%. Ainda há 18,6% dos gestores que não definiram o número de vagas temporárias.

Em setembro, a Associação Brasileira do Trabalho Temporário (Asserttem) e da Caixa Econômica Federal, divulgaram uma estimativa de contratação de temporários no Paraná, contando outros setores, como a indústria, e abrangendo também os profissionais para o Dia das Crianças. No total, a estimativa trazia 32.172 vagas temporárias.

#### Tipos de vagas

Vendedor	<b>49%</b>
Atendente geral	<b>21,6%</b>
Estoquista	<b>9,8%</b>
Caixa	<b>9,8%</b>
Conferente	<b>3,9%</b>
Pós venda	<b>2%</b>
Fiscal de loja	<b>2%</b>
Vitrinista	<b>2%</b>
Gerente	<b>2%</b>

### **Diretoria da Abimaq será recebida nesta quarta por Onyx Lorenzoni**

31/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 30-10-2018)

O presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), João Carlos Marchesan, disse nesta terça-feira, 30, que a diretoria da entidade será recebida nesta quarta-feira (31) pelo deputado Onyx Lorenzoni, cotado para ser o ministro-chefe da Casa Civil do governo eleito de Jair Bolsonaro.

“Seremos ouvidos amanhã (quarta) oficialmente pelo ministro Onyx Lorenzoni”, disse o executivo, que recentemente fez parte de um grupo de associações de classes empresariais que se reuniu com o então candidato do PSL à Presidência Jair Bolsonaro.

De acordo com Marchesan, o setor está comemorando as afirmações que o presidente eleito tem feito desde a vitória no segundo turno da eleição, no último domingo (28). Marchesan citou a intenção de Bolsonaro de reduzir a burocracia, de fazer uma reforma tributária e desonerar a folha de pagamento.



“Estas medidas sinalizam um caminho no sentido de reduzir o custo Brasil, aumentando assim a competitividade do setor produtivo, permitindo seguir uma agenda de maior abertura comercial”, disse o executivo, acrescentando que todas estas declarações de Bolsonaro desde domingo contemplam um estudo entregue ao presidente eleito pela Abimaq.

### **Setor deve manter em 2019 média de investimento de R\$ 3,5 bi, diz Abimaq**

31/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 30-10-2018)

O diretor de Competitividade da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Mario Bernardini, disse nesta terça-feira, 30, acreditar que o setor deverá manter em 2019 a média de investimentos de R\$ 3,5 bilhões dos últimos quatro anos.

Ele informou que este é uma informação de uma pesquisa feita pela Abimaq com seus associados no ano passado. “Uma nova pesquisa será feita em dezembro e divulgada em fevereiro”, afirmou, ponderando que é possível o número ser alterado, dependendo do que o presidente eleito Jair Bolsonaro e sua equipe econômica forem sinalizando até o final do ano.

Ele lembrou que antes da crise a indústria de máquinas investia de R\$ 8 bilhões a R\$ 9 bilhões por ano. “Com o início da crise estes números foram diminuindo e hoje está na média de R\$ 3,5 bilhões”, disse.

### **Nuci da indústria de máquinas subiu a 76,3% em setembro, diz Abimaq**

31/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 30-10-2018)

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de máquinas e equipamentos fechou setembro em 76,3%. Sobre agosto, este indicador representa um crescimento de 1,4 ponto porcentual.

Em relação ao nível médio observado em 2017, o setor está 5 pontos porcentuais acima, em razão, principalmente, do aumento das atividades produtivas e de bens seriados direcionados ao mercado externo. Os dados são da Abimaq, entidade que congrega as fábricas de máquinas e equipamentos.

#### **Carteira de pedidos**

A carteira de pedidos no setor industrial de máquinas e equipamentos cresceu 4,8% em setembro ante agosto, de acordo com a Abimaq. Já na comparação com setembro do ano passado, a carteira de pedidos do setor mostra uma queda de 9,6%.

De acordo com a Abimaq, o forte encolhimento da carteira de pedidos está relacionado ao desempenho da atividade nos setores de infraestrutura e indústria de base que ainda não iniciaram um processo de recuperação da crise.

### **Faturamento da indústria de máquinas recua 4,1% em setembro, diz Abimaq**

31/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 30-10-2018)

O faturamento da indústria de máquinas recuou 4,1% em setembro na comparação com agosto, segundo balanço mensal do setor divulgado nesta terça-feira, 30, pela Abimaq, entidade que congrega as indústrias brasileiras de máquinas e equipamentos.

Na leitura dos dados de setembro comparados com os de setembro do ano passado, o faturamento da indústria de máquinas cresceu 13,4%.

No acumulado do ano o faturamento da indústria cresceu 7,4%.

## **Exportações**

As exportações de máquinas caíram 24,7% em setembro ante agosto, segundo a Abimaq, entidade que reúne as fábricas de máquinas e equipamentos.

Na comparação com setembro do ano passado, os embarques de máquinas caíram 9,4%. De janeiro a setembro as exportações cresceram 10,9%.

Na mesma base de leitura, as importações de máquinas e equipamentos caíram 12,6% em setembro ante agosto. Caíram 3,1% na comparação com setembro de 2017 e acumulam alta de 15,6% no acumulado do ano.

## **Emprego na indústria de máquinas cresce 0,5% em setembro, diz Abimaq**

31/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 30-10-2018)

A indústria de máquinas e equipamentos brasileira encerrou setembro com 301.447 pessoas no seu quadro de trabalhadores. Sobre agosto, este contingente de empregados representa um crescimento de 0,5%, informou nesta terça-feira, 30, a Abimaq, entidade que reúne as empresas do setor.

Sobre setembro do ano passado, o número de empregados observado na indústria de máquinas em setembro último representa um aumento de 3,6%.

A média de empregados no setor neste ano até setembro é de 295,9 mil pessoas, com alta de 1,6% sobre idêntico período do ano passado.

## **Consumo aparente**

O consumo aparente de máquinas no Brasil recuou 0,1% em setembro ante agosto, segundo dados que a Abimaq divulgou. Na comparação de setembro deste ano com o mesmo mês do ano passado houve um aumento de 7,8%.

## **Volkswagen abre 2º turno e vai contratar 350 pessoas para fábrica no Rio**

31/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 30-10-2018)

A Volkswagen Caminhões e Ônibus vai iniciar, em dezembro, um segundo turno parcial na fábrica de Resende, no Rio de Janeiro. A empresa já está em fase de contratação de 350 pessoas para ampliar a produção de caminhões de grande porte, usados principalmente pelo setor de agronegócios.

A montadora e os fornecedores de componentes que operam dentro do complexo no sistema chamado de modular chegaram a trabalhar em três turnos em 2012 e 2013, depois reduziram para dois no início da crise econômica e, desde 2015, só operava em um turno.

“Por enquanto o segundo turno é só para os caminhões pesados, mas assim que o mercado melhorar, mais poderemos estender para as demais áreas”, diz o presidente da Volkswagen caminhões e ônibus, Roberto Cortes.

O anúncio foi feito a um grupo de sindicalistas de Resende que se reuniu em São Paulo com cortes e com o presidente mundial do Grupo Traton, Andreas Renschler, que está no Brasil para uma série de reuniões

## **Paraná**

Na semana passada, a Volkswagen também anunciou início do segundo turno de trabalho na fábrica de automóveis de São José dos Pinhais, no Paraná, para a produção do SUV T-Cross e a volta de 500 funcionários que estão em lay-off (com contratos suspensos).

A fábrica de caminhões e ônibus de Resende tem atualmente 3.500 funcionários. Antes da crise, chegou a empregar 6,5 mil trabalhadores. "Em 2012, produzimos 70 mil veículos e, este ano, produziremos 35 mil", informa Cortes.

O executivo vê melhoras para o mercado neste ano e no próximo.

### **Scania prevê crescimento das vendas entre 10% a 20% em 2019**

31/10/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 30-10-2018)



### **Montadora projeta mercado entre 55 mil e 58 mil caminhões acima de 16 toneladas**

Otimista com a retomada do mercado de caminhões e impulsionada pela sua nova geração de veículos, a Scania aposta em crescimento de dois dígitos para 2019 no mercado em que atua, o de caminhões semipesados e pesados com PBT (peso bruto total) acima de 16 toneladas. A montadora trabalha com um volume estimado entre 55 mil e 58 mil unidades contra as 50 mil previstas para este ano.

*"O setor de caminhões vive este momento de recuperação ao longo do ano. A tendência é seguir este movimento para 2019", afirma Roberto Barral, vice-presidente das operações comerciais da Scania no Brasil.*

A montadora, que dobrou sua expectativa de vendas para 2018, agora espera encerrar o período com aumento de 60% dos seus emplacamentos, para algo em torno de 9 mil unidades sobre as 5,7 mil registradas no ano passado. No acumulado até setembro, as vendas da marca superaram as de mesmo período de 2017 em 61,3%, para 6 mil caminhões: há um ano este volume foi de 3,7 mil.

Segundo o diretor comercial, Silvio Munhoz, com estes números o Brasil voltou a ser o maior mercado da Scania no mundo.

"A Scania quer acompanhar o mercado em 2019 e deve manter a participação de mercado, que hoje está em 16%", afirma.

### **Scania apresenta nova geração de caminhões na América Latina**

31/10/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 30-10-2018)



### **Modelos fabricados no Brasil chegam ao mercado em 2019; pré-venda já conta com 300 pedidos**

Dois anos após ser lançada na Europa, é a vez da América Latina receber a nova geração de **caminhões** da **Scania**, que chega ao mercado brasileiro no início de 2019.

Fruto do ciclo de investimento de R\$ 2,6 bilhões (US\$ 700 milhões) de 2016 até 2020, o maior aporte da empresa no País que vem sendo utilizado no projeto, na preparação da fábrica de São Bernardo do Campo (SP), onde já estão sendo produzidos, e na rede de concessionárias. A nova geração de caminhões traduz o novo posicionamento da marca, que se define não mais como uma montadora de veículos, mas uma empresa de soluções para o transporte.

“A nova geração de caminhões dá as boas-vindas a uma jornada sem precedentes anunciada há dois anos pela Scania, quando firmou seu propósito de liderar a mudança do transporte para que ele se torne mais sustentável”, declarou o presidente e CEO da Scania para a América Latina, Christopher Podgorski, na noite de segunda-feira, 29, durante a apresentação dos caminhões à imprensa especializada.

Podgorski também foi um dos responsáveis pela introdução da linha na Europa, em 2016, quando ocupava o cargo de vice-presidente global de vendas. O projeto, que por lá atende as normas Euro 6 de emissões, demorou 10 anos para ficar pronto – desde a sua concepção até o lançamento – e consumiu € 2 bilhões.

“A linha é completamente nova e feita sob medida. Viramos tudo do avesso, tudo é novo e nada ficou intocável”, afirma Alexander Vlaskamp, atual VP global de vendas e que veio ao Brasil especialmente para o lançamento.



Por aqui, a linha com padrões Euro 5 de emissões teve sua avant-première em março e já está sendo produzida no complexo industrial da Scania em São Bernardo do Campo (SP), que desde 2016 vem recebendo parte do investimento previsto para a região a fim de alocar os novos produtos. A nova linha Scania será posicionada com preços na faixa de R\$ 380 mil a R\$ 580 mil.

“São cerca de 600 novas peças, mais de dez mil horas de treinamento e mais de um milhão de quilômetros de testes, tudo isso com a mesma tecnologia e qualidade com que é feito na Europa”, garante Podgorski.

Também com a nova geração a Scania lança três motores movidos a GNV/biometano nas versões de 280 cv, 380 cv e 410 cv com vendas a partir do segundo semestre de 2019.

O diretor comercial da Scania, Silvio Munhoz, revela que a montadora já fechou a primeira demonstração do modelo R 410 6x2 movido a gás no Brasil: ele será utilizado a partir de dezembro próximo pela Citrosuco, empresa fabricante e distribuidora de suco de laranja. O veículo fará o trajeto paulista entre Matão e Santos (SP). “Já estamos em negociação com outros dois clientes que também querem implementar nossos veículos com combustível alternativo”, afirma.

“Não é só um veículo que chega para revolucionar o mercado, mas a forma de vender a nova geração será muito diferente a partir de agora pela rede Scania”, conta o vice-presidente de operações comerciais para o Brasil, Roberto Barral, acrescentando que os veículos serão produzidos de forma personalizada de acordo com o perfil não só do cliente, mas da operação a que o veículo se destina.

O executivo revela que as vendas começam oficialmente nesta semana e que a pré-venda aberta há dois dias já registra o interesse de pelo menos 300 unidades com entregas previstas a partir de fevereiro.

## RENTABILIDADE COM EFICIÊNCIA



Além de uma linha totalmente renovada, a grande novidade da nova geração de caminhões da Scania está no peso que a sustentabilidade tem para o transporte. Todas as ações de renovação da linha permearam sob três aspectos: eficiência energética, combustíveis alternativos/eletrificação e transporte inteligente e seguro, com forte apelo para a redução de consumo e consequente redução de emissões.

“Assumimos o compromisso, não há uma só solução”, afirma Podgorski ao reforçar a vocação sustentável da nova geração de veículos. “Ouvimos os clientes para atender essa demanda e chegamos a um estado da arte em tecnologia e desempenho.”

A nova geração chega com a promessa de economizar até 12% de combustível. Para isso, a Scania realizou importantes mudanças em conjuntos como powertrain e design aerodinâmico. Nos novos motores foram introduzidos tecnologia de alta pressão de injeção a diesel e com múltiplos pontos, além de receberem novos sistemas de gerenciamento inteligentes.

Os blocos de motores passam a ser produzidos em CGI, um composto compactado de ferro e grafite que duplica a resistência a fadiga. Também foram aperfeiçoados componentes como o tanque de Arla 32, o sistema de SCR (redução catalítica seletiva), os cabeçotes, as tampas de válvulas, o sistema de filtragem de combustível e as bombas de baixa e alta pressão.

A família de novos motores é composta por quatro modelos Euro 5 com onze versões, das quais cinco inéditas:

- 7 litros (seis cilindros): de 220 cv (novo), 250 cv e 280 cv (novo);
- 9 litros (cinco cilindros): de 280 cv, 320 cv (novo) e 360 cv;
- 13 litros (seis cilindros): de 410 cv (novo), 450 cv, 500 cv (novo) e 540 cv (estreia mundial);
- 16 litros (V8): de 620 cv.



Na caixa de câmbio GRS905, a Scania introduziu o lay shaft brake, um sistema de freio de eixos que reduziu pela metade o tempo de mudança de marcha, para 0,4 segundos. O sistema também contribui para que a pressão do turbo seja mantida, o que auxilia o veículo a aumentar a velocidade para a próxima marcha com maior

torque. Suas modificações representam ganhos de eficiência de até 2%.

No quesito design, a cabine foi totalmente modificada, tanto externa como internamente. Por fora, foi utilizando o conceito de otimização das superfícies para proporcionar resistência mínima do ar: componentes como espelhos retrovisores, luzes e defletores de ar foram modificados. Todo o conjunto aerodinâmico responde por uma melhora de 3% no consumo.

“Essas atualizações tornam a nova geração as maiores máquinas de economia de combustível da história da Scania: a redução de consumo pode chegar a 12%, incluindo o sistema de alta pressão – responsável por 8% da redução - associado com as novas instalações no cofre do motor e a nova aerodinâmica externa da cabine e as inovações da caixa de câmbio ajudam a atingir o índice”, afirma o gerente de pré-venda da Scania no Brasil, Celso Mendonça.

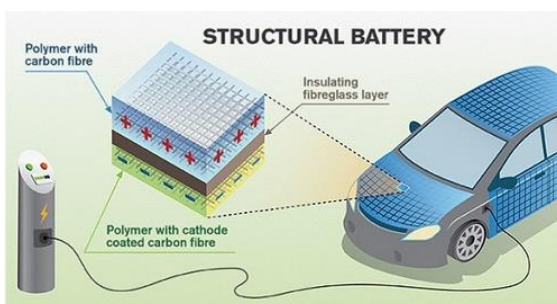
Além disso, a aplicação de serviços de gerenciamento de frota e telemetria podem ajudar a reduzir ainda mais este índice. Segundo o diretor de serviços da Scania, Fábio Souza, os serviços de treinamento são focados na redução do custo operacional. “Considerando só os serviços de treinamento, podemos concluir que a média de redução no consumo de combustível chega a 10%”, afirma.



### Fibra de carbono armazena energia na lataria dos carros

31/10/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 30-10-2018)

***O uso desse tipo de material multifuncional vai contribuir para redução de peso e aumento na autonomia não apenas dos carros elétricos, mas também dos aviões elétricos.***



### **Bateria estrutural**

Há alguns anos, engenheiros vêm tentando transformar as laterias dos carros em "laterias", peças estruturais e de segurança que sejam simultaneamente capazes de armazenar energia.

Uma equipe da Suécia agora descobriu como fazer com que as fibras de carbono funcionem como eletrodos de baterias de lítio, armazenando energia diretamente.

O uso desse tipo de material multifuncional pode contribuir para uma significativa redução de peso e aumento na autonomia não apenas dos carros híbridos e elétricos,

mas também dos aviões elétricos - aviões de passageiros precisarão ser muito mais leves do que os atuais para serem alimentados por eletricidade.

"O corpo de um carro então não seria simplesmente um elemento de suporte de carga, mas também funcionaria como uma bateria. Também seria possível usar a fibra de carbono para outros fins, como colher energia cinética, para sensores, ou como condutores de energia e dados. Se todas essas funções fizessem parte da estrutura de um carro ou de uma aeronave, isso poderia reduzir o peso em até 50%," disse o professor Leif Asp, da Universidade de Tecnologia Chalmers.



### **Bateria de fibra de carbono**

O professor Asp liderou um grupo multidisciplinar que demonstrou que a microestrutura das fibras de carbono afeta suas propriedades eletroquímicas, ou seja, sua capacidade de operar como eletrodo em uma bateria de íons de lítio - os eletrodos das baterias de lítio são tipicamente feitos de carbono, embora não na forma de fibras.

"Agora nós sabemos como as fibras de carbono multifuncionais devem ser fabricadas para atingir uma alta capacidade de armazenamento de energia, além de garantir rigidez suficiente," disse Asp. "Uma ligeira redução na rigidez não é um problema para muitas aplicações, como carros. O mercado é atualmente dominado por compósitos caros de fibra de carbono cuja rigidez é adaptada para o uso em aviões. Há, portanto, algum potencial para os fabricantes de fibra de carbono ampliarem sua utilização."

De fato, os tipos de fibra de carbono com boas propriedades eletroquímicas para funcionar como baterias apresentaram uma rigidez ligeiramente maior do que a do aço, enquanto os tipos com as piores propriedades eletroquímicas são apenas duas vezes mais rígidas do que o aço.

Assim, para a indústria da aviação, poderá ser necessário aumentar um pouco a espessura dos compósitos de fibra de carbono para compensar a redução da rigidez das peças quando de sua transformação em baterias estruturais, mas isso traria o benefício adicional de aumentar sua capacidade de armazenamento de energia.

"Além disso, a menor densidade de energia das baterias estruturais as tornaria mais seguras do que as baterias padrão, especialmente porque também não conteriam substâncias voláteis," disse o pesquisador, acrescentando que a equipe já está em colaboração com os setores automotivo e de aviação para começar os testes da tecnologia.